

## Resposta do Cruesp à Pauta da Data-base é absolutamente evasiva

A resposta do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas - Cruesp, à Pauta unificada de reivindicações da data-base de 1996 é decepcionante. Nenhum dos poucos itens da pauta é analisado e contestado de forma conclusiva. Trata-se de um lamentável e equivocado desrespeito às entidades representativas de docentes e funcionários que, de fato, vão à luta e defendem as Universidades nos momentos de crise, como ficou mais uma vez demonstrado durante a votação da LDO em junho de 1995, quando as direções da Unicamp e da USP não só omitiram-se mas, segundo vários Deputados, concordaram com o corte imposto pelo Governo do Estado. A seguir transcrevemos novamente a nossa Pauta Unificada e a resposta do Cruesp para exame dos nossos colegas docentes, a fim de que tirem suas próprias conclusões.

Contamos com sua presença na Assembléia Geral do próximo dia 16, a fim de aprofundar esta análise e tomar as decisões que reflitam a vontade da maioria.

### Pauta unificada de reivindicações da data-base de 1996

#### I - Salários

- a) Reajuste de data-base: Maio/95+18%
- a<sub>1</sub>) Recuperação das perdas salariais desde maio/95 de acordo com o ICV-Dieese;
- a<sub>2</sub>) Acréscimo de 18% para recuperação de parte de perdas históricas com relação a janeiro/89.

Como em toda data-base, queremos recuperar o poder aquisitivo da data-base anterior, o que significa recuperar "maio/95". Sabemos, no entanto, que isso não é suficiente, pois o nível salarial de maio/95 é muito baixo. Temos adotado janeiro/89 com referencial a ser atingido através de um plano de recuperação de perdas. Daí surgem os 18%: se pensarmos em recuperar o poder aquisitivo de jan/89 em quatro anos, deveremos ter ganhos reais de pelo menos 18%, em cada uma das próximas data-bases, a partir de 1996. Por isso, em termos de poder aquisitivo, estamos reivindicando:

$$\text{Maio/96} = \text{Maio/95} + 18\%$$

- b) Definição de uma política salarial até abril/97, com as seguintes características:
- reajuste mensal de acordo com o ICV-DIEESE;
  - reunião em novembro/96 para avaliação e negociação sobre a recuperação de perdas salariais;
  - c) incorporação da gratificação de mérito ao salário-base.

#### II - Melhoria das condições de trabalho

- a) Criação de comissão paritária Cruesp/Fórum das Seis para, no prazo de 90 dias, definir os mecanismos de regularização da situação trabalhista de docentes e funcionários contratados em cará-

ter precário;

- b) Fim do processo de terceirização dos serviços nas universidades estaduais paulistas e no CEETEPS;

#### III - Saúde e Seguridade

- a) Formação imediata de comissões paritárias (docentes, funcionários, Cruesp e Governo Estadual) para equacionar as seguintes questões:

- atendimento à saúde;
- aposentadoria e pensão;
- impacto da proposta de reforma da previdência sobre as universidades estaduais paulistas.

- b) Manutenção da vinculação dos Hospitais Universitários às Universidades e efetiva organização dos Conselhos Gestores daquelas instituições de saúde ligadas às universidades estaduais paulistas, com participação de docentes, funcionários, alunos e usuários.

- c) Criação do Departamento de Saúde da Mulher nos Hospitais Universitários onde ele não existir.

#### IV - Transparência orçamentária e administrativa

- a) Efetivação e início imediato dos trabalhos das Comissões Mistas de Isonomia e Orçamento, conforme acordo da data-base de 1994;

- b) Publicação mensal de balancetes, que especifiquem todas as receitas e despesas, de cada uma das três universidades, incluindo todas as fundações de direito público e privado vinculadas a elas e suas unidades.

## Resposta a pauta unificada de reivindicações da data-base de 1996 apresentado pelo Cruesp (sic)

### I - Salários

a) A questão salarial, deverá ser discutida pelo Cruesp, a partir do momento em que obtivermos: o índice real de abril e a estimativa da Secretaria da Fazenda para maio. Assim, o Cruesp acredita ser possível uma primeira reunião para a discussão salarial, a partir da 2ª quinzena de maio.

b) Pensar a adoção de uma política salarial com reajustes mensais de acordo com o ICV-Dieese seria, na atual conjuntura, inviabilizar o próprio funcionamento das universidades estaduais paulistas, que se preparam para atuar junto a Assembléia Legislativa do Estado, para reaver o índice de 9,57% sem as limitações impostas pela LDO aprovada em 1995.

Quanto a reunião proposta para novembro de 1996, o Cruesp entende que a pauta seja encaminhada na data-base maio de 97.

c) O Cruesp já está analisando este assunto.

### II - Melhoria das condições de Trabalho

a) Com relação a criação da comissão paritária Cruesp/Fórum das Seis, para no prazo de 90 dias definir os mecanismos de regularização da situação trabalhista de docentes e funcionários em caráter precário, esta presidência deverá ouvir primeiro os reitores para, caso haja casos concretos a serem examinados, criar uma comissão de estudos para verificar quais as condições legais capazes de normatizar a situação.

b) O processo de terceirização nas universidades estaduais paulistas é de responsabilidade exclusiva de cada uma das administrações.

### III - Saúde e Seguridade

a) Para tentar resolver as questões relacionadas ao atendimento à saúde e aposentadoria e pensão do universo de funcionários das universidades, o Cruesp tem limitações, que possibilitam os estu-

dos somente com comissões formadas por docentes e servidores técnico-administrativos, sem a participação de membros do Governo do Estado.

b) Os Hospitais Universitários (Hospital Universitário da USP, Hospital Universitário da Unicamp e o Hospital das Clínicas da Unesp) estão efetivamente vinculados a cada uma das universidades integrantes do Cruesp. A gestão dos mesmos, por sua especificidade, é feita por pessoal especializado, além de serem norteados pelos Estatutos e Regimentos das Universidades não dependendo da ação exclusiva do Cruesp.

c) As três universidades tem preocupações em relação a saúde da mulher. Assim, na Unesp o Centro de Saúde Escola e Departamento de Ginecologia e Obstetrícia mantém Programa Específico de Saúde da Mulher, o mesmo ocorrendo com a USP, que ainda mantém o Centro de Referência da Mulher e a Unicamp que implementou o Centro de Assistência Integral a Saúde da Mulher.

### IV - Transferência orçamentária e administrativa

a) A criação das comissões indicadas na pauta, deverão ser discutidas (sic) após a abertura das negociações envolvendo a data-base.

b) Os balancetes mensais das Universidades são elaborados e encaminhados mensalmente aos órgãos fiscalizadores do Estado. Os balanços financeiro, orçamentário e patrimonial publicados pelas Universidades no D.O.E. demonstram todas as movimentações ocorridas nas receitas e nas despesas dessas instituições.

O orçamento é objeto de ampla discussão nos Conselhos Universitários antes de sua aprovação. Além disso, são encaminhados rotineiramente a esses Conselhos dados que demonstram a posição orçamentária, financeira e de pessoal das instituições.

# Assembléia Geral

dia 16 / 05 (quinta-feira) - 12 horas

CB-02 (Ciclo Básico)

Pauta: Data-base e reajuste maio/96